

## *Anglos e Lusos: Encontro com as Américas*

*Aline da Costa Silva*

É fato conhecido que muitas são as diferenças entre as colônias portuguesa e inglesa na América, chegando alguns a dizer que estas colonizações são como “a água e o vinho”. O que muitos não conhecem são os processos que levaram a estas diferenças, e quais diferenças são estas.

Fatores distintos atuaram em Portugal e Inglaterra, os impulsionando para o movimento colonizador para além do oceano Atlântico, rumo às novas terras da América. As necessidades destes países imersos neste período transitório da Idade Média para a Idade Moderna, envoltos em batalhas nacionais e internacionais pela afirmação de seus Estados recém formados e por sua soberania, além das tentativas de controle de crises internas, são parte deste contexto. Tais como diversos foram os processos que levaram à expansão são distintos, distintos também são os fatores que atuaram no interior destas colônias, tão distintas em alguns pontos e tão próximas em outros.

Dentro da clássica tipologia colonial, a colônia portuguesa e a colônia inglesa são caracterizadas enquanto colônias de exploração e colônia de povoamento, respectivamente. Tal aplicação terminológica a estas colônias se faz duplamente errônea, pois como será visto aqui, ambas as colônias possuem características de exploração e de ocupação, além de tal terminologia se mostrar anacrônica para este período da expansão européia, já que esta surgiu durante a segunda expansão européia, no século XIX, como é indicado por Alencastro<sup>1</sup>.

Dentro das América Portuguesa e Inglesa, a presença de outras nacionalidades, como França e Holanda, foram notadas, mas aqui me restringirei a abordar o movimento colonizador efetuado especificamente por Portugal e Inglaterra, citando as influências dos demais países quando necessário.

Neste sentido, este trabalho visa uma comparação entre estas colonizações em linhas gerais, retratando a dinâmica interna destas colônias. Visará mostrar os processos que levaram estes países a realizarem suas expansões marítimas, o início de cada colonização e comparar os processos políticos, econômicos e sociais destas procurando explicitar as diferenças entre estes movimentos colonizadores e suas eventuais semelhanças, pois como disse Ciro

---

<sup>1</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “A Economia Política dos Descobrimentos” *In*: NOVAES, Adauto. *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Flamarion Cardoso ao citar Marc Bloch “[...] é preciso considerar [...] tantos as semelhanças quanto as diferenças entre os elementos comparados.”<sup>2</sup>

## **Motivos que levaram à expansão: Portugal e Inglaterra antes de suas colônias.**

Muito se conjectura sobre o que levou os países a realizarem suas expansões marítimas, iniciadas no século XV. O certo é que a península Ibérica inicia este movimento, tendo como pioneiro o pequeno Portugal, embora este pioneirismo seja questionado se teria sido um início do expansionismo europeu, ou apenas a expansão de Portugal. Aqui tal pioneirismo será encarado, como aponta Luiz Felipe Thomaz, como um movimento individual que logo se espalha, e influencia as demais nações européias.<sup>3</sup>

Portugal, na época de sua expansão, era um país remoto e pobre, embora, segundo Thomaz, seja difícil comparar seus índices de desenvolvimento por falta de dados. Esta característica de Portugal leva a conjectura de hipóteses de sua expansão, como a de que esta teria sido motivada por sua pobreza. Mas relativa pobreza portuguesa pode ter sido apenas um fator que impulsionou as migrações, mas não sua expansão. A tomada de Ceuta (em 1415) no litoral africano é tida como o início da expansão portuguesa.

A expansão portuguesa pode ser explicada por um desejo de preservação da nobreza, que estava em crise com a afirmação da realeza e crescimento das classes burguesas; um desejo de descoberta de novas rotas comerciais; e, o mais importante, a afirmação do recém formado Estado nacional português, contribuindo para sua paz interna com o alívio das tensões sociais.

Outros fatores que ajudam a explicar a expansão são a prematura organização do Estado português e estabelecimento de suas fronteiras, além do desenvolvimento das técnicas de navegação. Esta expansão também possui um espírito de cruzada, pois, por meio desta, Portugal visava também a propagação da fé católica, ajudando, futuramente, nos interesses da Reforma Católica (ou Contra-Reforma).

A expansão não contou com o apoio condicional do povo. Portugal era um país com baixa densidade demográfica, e as expedições esvaziavam a população causando um desagrado registrado por muitos literatos da época.

---

<sup>2</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002. p.411.

<sup>3</sup> THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Algés: Difel, 1998.

O caráter mercantil que a empresa portuguesa apresenta em sua expansão nem sempre esteve presente nesta. De início, esta expansão era movida pelo financiamento de pequenos proprietários. É uma empresa nobilitaria, a qual se alia, posteriormente, a burguesia.

A expansão portuguesa teria também, segundo Luiz Felipe de Alencastro<sup>4</sup>, um caráter preventivo. Portugal se encontrava submetido à pressão política espanhola<sup>5</sup> e, dentro quadro, o chamado Expansionismo *Preemptivo* teria o intuito de conseguir terras no além-mar que poderiam ser ocupadas pela Espanha no caso de uma perda territorial.

A tomada de Ceuta mostra que Portugal havia desistido do desejo de conquista do Marrocos, empresa que a nobreza desejava. O projeto de intervenção no Marrocos tinha caráter religioso, comercial e militar, mas por uma mudança de perspectiva acabou sendo deixado de lado em prol da conquista da África. No litoral africano, Portugal constrói a primeira feitoria de caráter comercial, cria a fortaleza de São Jorge e inicia o comércio de cativos. Nesta conquista há a primeira experiência com donatários, escravidão e cana-de-açúcar, elementos que posteriormente seriam implantados na colônia luso-americana.

Já a Inglaterra, num primeiro momento tem a pirataria oficial (os corsários) como uma empresa mais tentadora que os impulsos colonizadores, como indica Leandro Karnal<sup>6</sup>. Os ingleses contestavam a divisão do mundo entre Portugal e Espanha proposta pelo tratado de Tordesilhas.

A intenção colonizadora inglesa se dá posteriormente. A Inglaterra é impulsionada a adquirir possessões coloniais devido às conquistas espanholas na América. Os monarcas ingleses da dinastia Tudor aspiravam conseguir o mesmo êxito e fortuna que os monarcas espanhóis.

Tal como Portugal, a Inglaterra dos séculos XIV e XV era um país pequeno e pobre. Contava, ainda, com conflitos com a França (sua grande inimiga), como a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), problemas com a Escócia, território independente e hostil, e confrontos com a Irlanda, que não reconhecia a conquista da Inglaterra sobre si, além de disputas internas, com a Guerra das Duas Rosas (1455-1485).

Todos estes conflitos contribuíram para uma maior unidade entre os ingleses, e enfraqueceram sua nobreza. Estes fatores combinados contribuíram para o desejo de unificação e centralização do poder que levou a dinastia Tudor ao trono. Esses conflitos

---

<sup>4</sup> Cf.: ALENCASTRO, *Op Cit.* pp.193-196.

<sup>5</sup> Alencastro fala de coroa espanhola, mas é válido lembrar que a Espanha apenas surge em 1479, com a união dos reinos de Castela e Aragão.

<sup>6</sup> Cf.: KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinicius de. *História dos Estados Unidos: Das Origens ao Século XXI*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

enfraqueceram, também, as atividades produtivas e comerciais, mas ainda assim a Inglaterra possuía relações com a Espanha, a qual oferecia, principalmente, tecidos e lãs.

Através do comércio de tecidos com a Espanha, parte do ouro obtido na América entrava na Inglaterra, ajudando no crescimento da força desta. Outro fator que ajudou aos ingleses foi o rompimento do rei Henrique VIII com Roma (fundando o Anglicanismo), o que fez crescer o sentimento de nacionalismo inglês. Esta separação de Roma causou também um rompimento com a Espanha. Com a morte de Henrique VIII Assume o trono seu filho, Eduardo VI, que possuía tendências calvinistas. Eduardo VI é sucedido por Maria I, que tenta re-implantar violentamente o catolicismo. Foi somente durante o reinado de Elisabeth I que a Inglaterra se pôs definitivamente ao lado da Reforma Protestante com o Anglicanismo, o que criou um atrito com a Espanha. Este conflito teve como principal local as Índias Ocidentais, como indica Samuel Morison<sup>7</sup>, onde a Espanha mantinha seu comércio com as colônias por meio de comboios e cidades costeiras.

A penetração da Inglaterra na América se deu de maneira cautelosa. Tanto o governo como a classe governamental fomentavam e consideravam importantes as expedições marítimas, mas em primeiro momento esta foi realizada por particulares pois, por estar em guerra com a Espanha, a coroa inglesa não dispunha de capital e homens para realizar tais expedições.

De um modo geral, como indicado por Morison, a expansão do Império inglês não foi mais do que a realização dos planos de Richard Hakluyt, que compilou a coleção *Navigations, Voyages and Discoveries of the English Nation* (Navegações, Viagens e Descobertas da Nação Inglesa) para incentivar seus compatriotas a realizar proezas no mar, Humfray Gilbert, que publicou *Discourse of a Discovery for a New Passage to Cataia* (Discurso sobre a Descoberta de uma Nova Passagem para Cataia)<sup>8</sup> e tentou fundar a primeira colônia inglesa, e Walter Raleigh, fundador da Virginia.

Estes homens traziam consigo o desejo de que o império além-mar permitisse a Inglaterra bastar a si mesma, lhe servindo como mercado consumidor e como produtor de artigos que eram comprados de outros países. Desejavam também a conversão dos indígenas ao cristianismo protestante, como forma de combater o progresso da Reforma Católica. Mas, apesar de todo este ânimo, a tentativa de colonização inglesa no século XVI foi falha. Um possível fator que explica este acontecimento foi a concessão da exploração a particulares, o que conferia a esta um caráter descentralizado e fraco.

---

<sup>7</sup>Cf.: MORISON, Samuel Eliot; COMMAGER, Henry Steele. *História dos Estados Unidos da América: Tomo I*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

<sup>8</sup> Morison indica que Cataia se trata da China.

## Portugal e Inglaterra na América: O começo

As primeiras experiências de Portugal e Inglaterra na América não foram tão bem sucedidas como o esperado. Certo descaso, abandono e falta de projeto colonizador contribuíram para que, num primeiro momento, tais colônias não prosperassem como as coroas destes países desejavam. Conforme nos aponta Nelson Werneck Sodré, “As áreas americanas permaneceriam em segundo plano, todas as atenções voltadas para o Oriente, se os espanhóis não tivessem encontrado nelas minerais preciosos.”<sup>9</sup>

No caso da Inglaterra inexistia um projeto colonizador organizado. Nos primeiros anos de sua colonização a metrópole inglesa estava envolvida em revoltas internas e desavenças com a Espanha, o que fez com que ela desse pouca atenção às colônias. O projeto colonizador foi levado por particulares, o que mostra que a empresa colonial inglesa não era de fato um projeto governamental, de acordo com Dwight Lowell Dumond<sup>10</sup>, pelo menos em seu início, pois antes do fim do período praticamente todas as colônias eram colônias régias.

Este caráter de desorganização não foi exclusivo da colonização inglesa. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, a colonização portuguesa na América não se deu por meio de um empreendimento metódico e racional, foi antes realizada com desleixo e certo abandono. A colônia portuguesa era vista como um “simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos”.<sup>11</sup> Sodré reforça esta opinião ao mencionar que existia um planejamento no empreendimento colonizador português, mas que uma coisa era o planejamento, outra era a realidade.<sup>12</sup>

Este desinteresse inicial pode ser explicado, em ambos os casos, por um desinteresse ao trabalho sem um retorno próximo. Inglaterra e Portugal ansiavam conseguir com suas colônias prosperidade sem custo, fácil e rapidamente, como a Espanha acabou por conseguir. Os portugueses também estavam mais interessados com uma colonização que lhes proporcionasse uma riqueza fácil, do que uma com alicerces duráveis<sup>13</sup>. A não realização destas ambições no curto prazo desejado acabou por desestimular o interesse metropolitano nas colônias.

---

<sup>9</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Graphica, 2002. p.69.

<sup>10</sup> Cf.: DUMOND, Dwight Lowell. *A History of the United States*. Nova York: Henry Holt and Company, 1942. Pp. 18-20.

<sup>11</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983. p. 65.

<sup>12</sup> SODRÉ, 2002, p.96.

<sup>13</sup> *Idem*, p.61.

A experiência colonizadora de Portugal na América se inicia em 1500, sob o reinado de Dom Manoel, com a chegada de Pedro Álvares Cabral, que em sua viagem rumo às Índias encontra as terras da América. Por três décadas a coroa portuguesa despedia o mínimo de atenção às terras americanas, sendo estas objeto de atenção secundária. O tratamento da Coroa para com suas terras na América se limitava à expedições *policadoras*, que eram realizadas por pequenas frotas, e objetivavam resguardar os direitos portugueses à exploração do pau-brasil. Estas frotas que vinham ao território brasileiro pertenciam a particulares e mercadores, e sempre se concentravam no litoral, não intencionando penetrar a fundo no território.

Segundo Sodré, a perspectiva da Coroa sobre a colônia somente muda com a descoberta das riquezas minerais e com a ameaça que o território sofria com a presença de navios com outras bandeiras que não a portuguesa. Mas desde o princípio ficam claras as diferenças entre o tratamento dado à colônia e o tratamento dado ao Oriente. “No Oriente, [Portugal encontrou] uma civilização adiantada; aqui, indígenas que vivem na fase da pedra lascada.”<sup>14</sup> Fica claro que o Oriente gerava maiores lucros à coroa portuguesa que a colônia na América que, pelo contrário, lhe dava muitas despesas.

No caso da América inglesa, a primeira experiência colonizadora se deu no reinado de Elizabeth I, quando a soberana autorizou ao *sir* Walter Raleigh a iniciar a colonização. *Sir* Walter organizou expedições em 1584, 1585 e 1587 para a terra que batizou de Virgínia, em homenagem a Elizabeth I, a rainha virgem. Segundo Karnal, o projeto colonizador que estava sendo implantado pela Inglaterra se assemelhava ao ibérico, como as capitânicas hereditárias portuguesas, onde um nobre recebia concessão de um pedaço de terra por seu soberano. Percebemos também o interesse inglês, assim como o português, na descoberta de metais preciosos nas novas terras.

Como a Coroa estava impossibilitada de promover a colonização, devido a seu envolvimento em conflitos, ela delegou este a particulares, e em caso de descoberta de metais preciosos, a Coroa reservava para si parte das descobertas. Mas a experiência a experiência colonizadora de *sir* Walter falha. A morte de *sir* Walter, ataques indígenas, fome e doenças dizimaram a população da colônia. Quando em 1590 chegou uma expedição de reforço aos colonos já não havia mais ninguém. Dessa forma, até o final do século XVI não houve outra tentativa de colonização, pois, apesar da derrota espanhola e da Invencível Armada, o perigo de uma invasão espanhola na Inglaterra era muito grande.

O projeto colonizador inglês foi retomado no século XVII. Com exceção de uma, as treze colônias fundadas na América do Norte foram resultado de duas grandes correntes

---

<sup>14</sup> SODRÉ, 2002, p.72.

colonizadoras de dois grupos capitalistas, um de Bistol (Plymouth) e um de Londres. A morte de Elisabeth I e ascensão de James I ao trono, além do fim dos conflitos com a Espanha e a Escócia deixaram a Inglaterra com maior capital disponível e com maior potencial humano para o projeto colonizador.

Estas empresas colonizadoras, partes da Companhia da Virgínia, dividiam o direito dos ingleses sobre as terras da América. A companhia de Plymouth era responsável pela Virgínia do Norte, que passa a se chamar Nova Inglaterra em 1620; já a companhia londrina era responsável pela Virgínia do Sul, que englobava os territórios posteriormente denominados de Maryland e Carolina. A Companhia da Virgínia objetivava a descoberta de ouro, conversão dos indígenas, descobrir uma passagem para o Pacífico, obter os produtos que a metrópole adquiria de outras nações e suprir as necessidades desta metrópole. Mas a empresa não conseguiu atingir estes objetivos.

Como poucos podiam pagar o alto preço das passagens para a América, muitos viajam para as novas terras no regime de servidão temporária (*indentured servant*), que em geral durava por um período entre cinco e dez anos. O regime de servidão temporária consistia na prestação de serviços gratuitos à pessoa que se dispusesse a pagar a passagem do imigrante. Apesar de a empresa oferecer empregos aos desempregados que lotavam a metrópole, muitos destes não queriam ser escravos assalariados de uma companhia, sendo os primeiros habitantes coloniais nobres falidos, ex-presidiários e alguns artífices<sup>15</sup>. Como retrata Laura de Melo e Souza “[...] A Inglaterra baniu para as colônias uma enorme quantidade de vagabundos, vadios, desocupados, ladrões e ciganos [...]”, sobretudo nos anos que antecederam o *Tolerant Act* (1689).<sup>16</sup> Muitas vezes as condições em que as pessoas eram tratadas neste regime de servidão temporária se assemelhava ao tratamento dado ao escravo negro.

Portugal também enviou muitos de seus *vadios*, como se refere Souza aos desclassificados sociais, para o povoamento de sua colônia na América. A iniciativa de enviar os degredados para a colônia foi muito importante, principalmente no século XVI. Esta era uma forma muito útil da metrópole se livrar do excesso populacional indesejado, reduzir “o ônus representado pelos pobres e desclassificados e, simultaneamente, povoar as colônias que se iam formando.”<sup>17</sup> Estes vadios serviam na colônia portuguesa não somente como forma de trabalho auxiliar ao regime escravista, mas como reforço em tropas, em expedições

---

<sup>15</sup> MORISON; COMMAGER, s/d, p.52.

<sup>16</sup> SOUZA, Laura de Melo e. *Desclassificados do Ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. P.59.

<sup>17</sup> *Idem*. P.60.

povoadoras de zonas inabitadas, demarcadores de fronteiras, participando, inclusive, em entradas, além de possuírem certo papel nas produções complementares a atividade mineradora.

Portugal não enviou seus desclassificados para a colônia unicamente para resolver o problema do povoamento. O problema do povoamento surgiu da necessidade de defender as terras da colônia. Era muito oneroso para a Coroa enviar expedições para vigiar o litoral, dessa forma o povoamento resolveria a situação, aliviando o peso sobre a Coroa.

O início da colônia inglesa não foi como o esperado e esta ia mal até o começo da cultura do tabaco na Virgínia, o que além de levantar esta colônia, serviu de incentivo para a vinda de mão-de-obra para a região. Outro fator que impulsionou o desenvolvimento da colônia foi a propriedade privada de terra, onde o lucro particular e a empresa individual contribuíram para o levantamento da colônia. Outra característica interessante dessas colônias era seu direito e liberdade, pois, mesmo seguindo as leis inglesas, elas poderiam criar suas leis (que seriam aprovadas por um conselho e pela Inglaterra).

Morison conta que a Companhia da Virgínia londrina foi dissolvida por volta de 1622 (1624, segundo Karnal), acusada de má administração e desorganização, passando seus territórios a serem províncias reais, mas sem perder as conquistas feitas enquanto ainda eram territórios autônomos. A Companhia de Plymouth foi dissolvida por volta de 1635, segundo Karnal, possuindo, assim como a Companhia de Londres, grandes dívidas.

A “indiferença” da Inglaterra com suas colônias ficou mais visível no período de 1640 a 1660, quando o então recém-nomeado *Lord* protetor da República inglesa, Oliver Cromwell<sup>18</sup>, decidiu por não se envolver muito na guerra civil e outras comoções coloniais, deixando que a colônia se desenvolvesse a seu modo, com o mínimo de influência da metrópole. Esta atitude acabou por gerar uma maior independência da colônia, contribuindo para que algumas colônias, como Nova Inglaterra, Maryland e Virgínia já estivessem perfeitamente organizadas política e socialmente em 1660.

## **As Colônias: Aspectos Internos das Colônias Anglo e Lusa**

A dinâmica interna das colônias foi um dos principais fatores de diferenciação destas. Apesar de se observar que, embora distintos, os fatores que levaram Inglaterra e Portugal a se expandirem e seus interesses coloniais possuem bases parecidas (interesses mercantis),

---

<sup>18</sup> Cromwell foi um importante *Lord* na política inglesa, estando relacionadas a ele muitas das Leis de Navegação e Comércio.

podemos perceber que o desenvolvimento das colônias, embora com alguns fatores em comum, se deu de maneiras distintas. Aqui estes aspectos serão abordados sob quatro pontos principais: sociedade, economia, política e religiosidade.

## **A Sociedade**

Um dos principais motivos que estimulou a vinda de ingleses para a América foi a intolerância religiosa na Inglaterra. No início da dinastia Stuart havia na Inglaterra diversas denominações protestantes e focos católicos, além da Igreja oficial, a Anglicana. Vários grupos, como os *quakers* viam a América como uma oportunidade de serem livres na prática de seus cultos.

A colônia também era vista como uma válvula de escape para onde o excedente populacional da Inglaterra iria, pois na época em que se iniciou a colonização a Inglaterra sofria um forte crescimento demográfico. A própria Companhia de Londres dizia ser seu objetivo “a remoção da sobrecarga de pessoas necessitadas, material ou combustível para perigosas insurreições e assim deixar ficar maior fartura para sustentar os que ficam no país” (*apud*).<sup>19</sup>

Os primeiros enviados ao Brasil eram elementos da pequena nobreza, e quando muito nobres de título, que vinham ocupar seus lugares como donatários nas capitânicas ou ocupar as sesmarias que lhes foram doadas, além dos desclassificados sociais (tal como as colônias inglesas), para ajudar no trabalho colonial não exercido por mão-de-obra escrava africana. O povoamento não era a idéia inicial de Portugal; o povoamento surge, segundo Caio Prado Júnior, devido a necessidade de mão-de-obra na colônia<sup>20</sup>.

A presença de negros nas colônias se fez de maneira muito intensa. Utilizados como mão-de-obra nas lavouras, os negros se faziam presentes por todas as partes de ambas as Américas, e em grandes quantidades por vezes. Um exemplo é a Carolina, colônia inglesa onde, por volta de 1700, metade da população era de escravos africanos, isso sem mencionar as intensas importações brasileiras de escravos verificadas ao longo de todo o período colonial, colocando o Brasil no topo do comércio de cativos como a região que mais recebeu escravos.<sup>21</sup> A exploração colonial e a escravidão estavam tão relacionadas que chegaram a ser vistas como sinônimos, “peças inseparáveis do mesmo sistema”.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> KARNAL (*Et Alli*). 2008, p.45.

<sup>20</sup> Cf.: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp.19-32.

<sup>21</sup> Cf.: KLEIN, Herbert. *La Esclavitud Africana en America Latina*. Lima: IEP, 2008.

<sup>22</sup> SODRÉ, 2002, p.85.

A presença de indígenas também era bem notada em ambos os casos. Nas colônias inglesas o repúdio à figura do nativo da terra era muito grande, o que sempre gerava muitos conflitos; já na colônia portuguesa, apesar de conflitos, a convivência com os indígenas sempre existiu, seja na utilização dos conhecimentos que estes possuíam das terras, como objetos de catequização ou na utilização da mão-de-obra indígenas algumas atividades, como coleta, caça, pesca, criação de gado e afins. A utilização de mão-de-obra indígena no Brasil era foco de conflitos, pois o este era objeto de catequese religiosa e, portanto, não deveria ser escravizado. O indígena, sobretudo, e principalmente, após a criação da Lei de Liberdade dos Índios (1751), era um cidadão da Coroa, um vassalo de Sua Majestade<sup>23</sup>, muito embora continuasse sendo utilizado como mão de obra em algumas regiões.

A mistura racial no Brasil foi muito maior que na colônia inglesa. Tal fato não é nenhuma surpresa pela própria origem mestiça do povo português (principalmente com os mouros). A coroa portuguesa chegou a estimular a questão de casamentos mestiços com indígenas e negros (estes últimos em menos escala), numa tentativa de propor uma maior integração social. Mas, apesar do estímulo a tal miscigenação, nem sempre esta era bem vista.

A sociedade brasileira era muito dividida por critérios de pureza racial, sendo os reinóis (portugueses vindos do reino) mais bem vistos que os nascidos na colônia. A questão do “defeito de cor” também era muito presente, sendo os mestiços e negros socialmente inferiores por sua condição. Os negros, muitas vezes, não eram nem mesmo considerados como pessoas. A pureza racial também pode ser observada nas colônias inglesas, onde o repúdio à figura indígena e ao negro eram muito grande.

Grande parte do crescimento populacional da colônia inglesa se dava pelas migrações. Em geral alemães e escoceses-irlandeses emigravam para as colônias inglesas, mas também nota-se o fluxo de franceses, já que por muito tempo a Luisiana pertencia à França. Parte dos alemães que imigravam no começo recebiam apoio da coroa inglesa; eles viajavam até a Inglaterra, sendo encaminhados para as colônias e recebendo deste governo ajuda, e até mesmo terras. Outros emigravam diretamente para a América como *redemptions*, chegando lá como servos contratados. Os escoceses-irlandeses emigravam devido a pressões políticas. E em menor quantidade encontram-se os huguenotes franceses, que emigravam para as colônias inglesas devido a falta de liberdade religiosa na França de Luis XIV.

O crescimento populacional na América Portuguesa consistia numa mistura de migrações (especialmente com a descoberta do ouro), e pelo natural aumento demográfico,

---

<sup>23</sup> ARAÚJO, Renata Malcher de. “A praça do rei e a praça do marquês: espaço público, representação do poder e dinâmica social em Macapá”. In: VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

sobretudo após o século XVIII. A população de cativos africanos também engrossava muito o contingente populacional colonial (mais no caso brasileiro que no norte-americano).

A pirâmide social da colônia lusa pode ser representada como tendo no topo os grandes proprietários rurais e, com o passar do tempo, os grandes comerciantes e negociantes de escravos, tendo logo abaixo os homens livres com recursos para se manter, os vadios e, finalmente, os escravos.<sup>24</sup> Semelhante é a pirâmide das colônias inglesas onde, sobretudo nas colônias sulistas, temos no topo o grande produtor, passando pelos comerciantes e homens livres, até chegar aos escravos.

As cidades coloniais inglesas no século XVIII possuíam uma vida animada. Morison indica que nas cidades deveria haver um mercado, uma casa de câmbio, uma taberna, clube de baile, biblioteca, e até uma sociedade musical. Livros e jornais vinham da Inglaterra, mas a colônia também possuía publicações de periódicos semanais, chegando a vinte e cinco em 1765, dois destes em alemão.

As cidades na colônia portuguesa costumavam se organizar ao redor de praças. Em volta destas praças podiam-se encontrar os principais prédios administrativos, mercados e a Igreja (já que a praça costumava ser palco das principais manifestações religiosas coloniais). Também contavam com a vinda de periódicos e livros da metrópole.

## **A Economia**

Ambas as Américas, a inglesa e a portuguesa, eram fruto de seu tempo. Eram colônias da época mercantilista, e objetivavam o máximo de lucro para a metrópole, propulsionando a acumulação de capital por meio do exclusivo. Ambas poderiam ser caracterizadas, mas neste aspecto mais a América Portuguesa e as colônias do sul da América Inglesa, como sendo uma forma de agro-indústria voltada para a exportação de gêneros comerciáveis no mercado externo.

Pode-se observar que, sobretudo na colônia portuguesa e nas colônias inglesas do sul, a exploração colonial era apoiada na grande propriedade agrícola de cunho comercial e no escravismo. As colônias existiam, neste quesito, principalmente para o fornecimento de produtos de áreas tropicais para as metrópoles.

De início, a Inglaterra, com sua desorganização no projeto colonial e distúrbios civis, permitia que suas colônias comercializassem com outros países os gêneros que produziam, com exceção do tabaco, que era dirigido à metrópole (mas até este acabou sendo

---

<sup>24</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004. p.71.

comercializado). Esta política de comercialização com outros mercados que não o metropolitano gerou certo mal estar na Coroa, que entre 1660 e 1672 sancionou uma série de decretos numa tentativa de tornar o império inglês unificado, limitando o lucro aos colonos.

O comércio local foi bem restringido. Estas leis também criaram impostos para a importação e exportação, alguns destes visando ajudar os governos coloniais. Morison indica que as Leis de Navegação e Comércio acabaram por estimular a comercialização de produtos entre as colônias, e a motivar certo contrabando de produtos estrangeiros para as colônias. Embora a Inglaterra tolerasse a existência de algumas indústrias simples nas colônias, procurava sempre combater a concorrência destas com alguma indústria principal na Inglaterra, pois em sua concepção mercantilista ela deveria ter o monopólio do comércio colonial.

Morison aponta que a conseqüência desta política mercantilista foi uma visão, por parte dos ingleses, das colônias do sul como mais ricas, utilizando trabalho escravo, devido à grande necessidade de trabalhadores, e oferecendo matérias primas tropicais ou semi-tropicais necessárias para a Inglaterra. As condições do sul eram mais propícias aos interesses da metrópole. Nestas colônias prevalecia o grande latifúndio escravista, o que mostrava esta sociedade com uma faceta de maior desigualdade social.

As colônias do norte, por seu clima semelhante ao inglês não ofereciam muitos produtos novos à Inglaterra; eram vistas como competidoras com a metrópole. A economia da região era voltada para a policultura, destinada, sobretudo, ao mercado interno e à subsistência, e, portanto, não estava tão condicionada aos interesses da metrópole. Pautava-se, principalmente, no trabalho livre.

A distinção climática entre as colônias do Norte e do Sul, como se pode perceber, causavam também a distinção sócio-econômica, sendo o Norte sempre visto como mais pobre e com poucos escravos, e o Sul, com seu clima mais tropical, visto como o lado mais rico e, portanto, possuidor de mais escravos. O interesse colonial da coroa portuguesa no Brasil também causou a visão de uma área mais pobre a uma área mais rica. As áreas onde se concentravam a produção açucareira (principalmente o nordeste) e a produção aurífera (as Minas Gerais) eram mais ricas e possuíam maior atenção da Coroa; já áreas que não possuíam artigos necessários á Coroa (como São Vicente, no início do século XVI) eram mais abandonadas e mais pobres, voltando-se a culturas de subsistência.

O Brasil, apesar de seu abandono por quase 30 anos pela metrópole portuguesa, que destas terras apenas extraía o pau-brasil, acabou por se adequar aos interesses mercantis metropolitanos com seu clima tropical, terras vastas e férteis. Este local era propício para a

implantação da cultura canavieira, que Portugal já dominava muito antes da colonização brasileira. Sodré fala que o açúcar era adequado as condições oferecidas pela colônia e pelas estruturas mercantis portuguesas. No início da empresa açucareira a presença da Holanda se fez fundamental, e possuía um duplo papel, impulsionando o investimento inicial e mantendo o domínio da distribuição para o crescente mercado consumidor.

A primeira experiência colonizadora de Portugal no Brasil consistiu nas capitânicas hereditárias, que seriam grandes lotes de terras, distribuídas a donatários, que possuíam poderes quase majestáticos, e estes donatários poderiam fazer doações de sesmarias a homens que possuíssem condições de cultivar suas lavouras. Muitos donatários não chegaram a assumir suas capitânicas, e das capitânicas doze que foram criadas, apenas duas possuíram o êxito esperado (São Vicente e Pernambuco), mas o sistema não foi abolido.

A empresa aurífera tem seu início num momento em que a empresa açucareira de Portugal começa a decair em função da produção açucareira holandesa, inglesa e francesa, que possuíam melhores técnicas, desvalorizando a produção portuguesa. Encontra-se, também, num momento em que Portugal está politicamente subordinado à Inglaterra devido ao Tratado de Methuen (1703) – e aqui se faz necessário apontar que boa parte do ouro brasileiro foi direcionado para a Inglaterra, contribuindo para sua ascensão econômica.

A mineração impulsiona a interiorização colonial e proporciona um grande aumento populacional. Como não havia a necessidade de dominação de terras específicas, muitos se deslocam para a região das minas, onde se observa uma desvalorização da terra uma vez que o importante é o ouro. A mineração, também, impulsiona fortemente a migração, devido às oportunidades de enriquecimento, e o tráfico escravo, devido à grande necessidade de mão-de-obra, e se apresenta como um primeiro abalo à estrutura escravista, pois o cativo possui maiores oportunidades de trabalho longe do senhor e pela maior oportunidade de alforrias.<sup>25</sup> Outra mudança que a mineração traz é o novo posicionamento da colônia como consumidora do mercado metropolitano.

Tal como as colônias inglesas possuíam as Leis de Comércio e Navegação numa tentativa de proteção do comércio metropolitano, a colônia portuguesa possuía o monopólio comercial, que visava uma proteção dos interesses metropolitanos por meio da proibição da comercialização com estrangeiros, e possuía o exclusivo colonial, que vetava a produção de mercadorias nas colônias que competissem com as mercadorias da metrópole.

Conforme indica Sérgio Buarque de Holanda, a presença do negro representava um fator obrigatório no desenvolvimento do latifúndio colonial. O trabalho escravo negro nas

---

<sup>25</sup> SODRÉ, 2002, p.159.

colônias inglesas, sobretudo no sul, foi introduzido principalmente pela necessidade de mão-de-obra nas *plantations*. O trabalho escravo era, teoricamente, mais rentável<sup>26</sup> e barato que a mão-de-obra livre. No Brasil o trabalho escravo negro foi implantado, principalmente após o fracasso na tentativa de escravização do indígena. O indígena, que em muito contribuía com os portugueses em outras atividades, não conseguia se adaptar à dinâmica do trabalho nos engenhos de açúcar, segundo alguns autores.

Por volta de 1660 foi adotada uma nova política de emigração pra as colônias inglesas, pois se encarava a emigração como vinha ocorrendo algo que poderia ser prejudicial à metrópole. Assim, artífices hábeis foram proibidos de sair da Inglaterra, o que fez com que as colônias se utilizassem em maior escala de mão-de-obra escrava africana.

A colônia portuguesa também adotou políticas que restringiam a entrada na colônia. Estas estavam plenamente relacionadas com a função mercantilista da colônia. Foram adotadas com a descoberta do ouro das Gerais, com o intuito de proteger a região de emigrantes de outras nacionalidades que viessem para a colônia com o intuito de enriquecer com as minas. Até mesmo dentro do reio português era necessária autorização para se dirigir à colônia. Antes disso, a permissão de estrangeiros na colônia somente havia sido proibida durante os anos da União Ibérica, sendo novamente permitida (a ingleses e holandeses principalmente) com a Restauração da monarquia portuguesa.

Na primeira metade do século XVIII a colônia inglesa cresceu em população e comércio, e os limites impostos pelas Leis de Comércio e Navegação passam a se mostrar cada vez mais estreitos. Apesar da grande interferência da metrópole na indústria e comércio das colônias, estas prosperaram no meio século após o Tratado de Utrecht (1713-1763). Morison aponta como causa desta prosperidade o aumento dos preços dos produtos coloniais nas Ilhas Britânicas e na Europa, e com este aumento dos preços, veio o aumento na produção.

A colônia de Portugal cresce em ritmo mais lento. A própria interiorização na colônia não era muito estimulada. Prevalecia o caráter litorâneo pela facilidade de comunicação e de escoamento da produção para a metrópole. A interiorização da colônia, e, conseqüentemente, maior ritmo de crescimento, ocorre, também, pelo século XVII com a interiorização de engenhos com a rústica evolução dos meios de transportes terrestres e com descoberta das minas de ouro (no final do século XVII).

Os principais produtos coloniais ingleses eram madeira para navios e artigos navais (como alcatrão e breu), tabaco, milho (voltado ao mercado interno), farinhas, arroz, anil e

---

<sup>26</sup> Na verdade, conforme indicado por Sodré, o trabalho escravo não era tão produtivo quanto o esperado.

peles. Eram as culturas como a do arroz e do anil que mais demandavam o trabalho escravo dentro das *plantations*. Já na colônia de Portugal a monocultura açucareira se destacava fortemente no século XVI, perdendo seu destaque para a produção aurífera dos séculos XVII e XVIII; a pecuária e produção de outros gêneros (como milho e mandioca) visavam o abastecimento interno da colônia e eram encarados como atividades complementares às empresas principais, e em geral eram desenvolvidas no sertão, contribuindo para a expansão territorial.

Um dos caminhos principais para o enriquecimento nas colônias inglesas estava relacionado ao comércio e a especulação de terras. A combinação destes dois fatores enriqueceu a muitas famílias, que se incorporavam à nobreza. Já na sociedade do Brasil colonial, dividida entre senhores de engenho e escravos, passando por uma classe intermediária, a mobilidade social existia, mas era um pouco mais difícil de ser alcançada, pois um homem desprovido de recursos possivelmente não possuiria condições para se apropriar de meios que lhe trouxessem fortuna. Estas oportunidades aumentam um pouco apenas com a mineração. Outra característica brasileira é que, devido à instabilidade da economia e produção colonial, a instabilidade social era relativamente grande.<sup>27</sup>

No quadro geral da economia das colônias da Inglaterra em relação com a metrópole, podemos ver que:

Durante dois séculos o império inglês tinha sido um império comercial, dominado em grande parte pelos mercadores unidos em vantajosa aliança com a nobreza proprietária das terras, e que se desenvolvia de acordo com a filosofia do mercantilismo. Os interesses das classes dirigentes eram sobretudo comerciais, e consideravam o império, com muita exatidão, como um império comercial, cujas partes tinham valor unicamente na medida em que contribuíam para enriquecer a Grã-Bretanha.<sup>28</sup>

Este quadro apenas sofreu alguma transformação a partir das conquistas inglesas com a Guerra dos Sete Anos. A partir deste momento a Inglaterra passou de uma política de imperialismo comercial, para uma de imperialismo territorial, voltando sua atenção para as rendas e potencial humano das colônias. Esta mudança fortaleceu ainda mais o caráter mercantilista.

---

<sup>27</sup> Cf.: PRADO JÚNIOR, 1987, pp285-286.

<sup>28</sup> MORISON; COMMAGER, s/d, p.133.

Num grande resumo sobre a economia colonial brasileira, pode-se dizer que a estrutura da economia brasileira era pautada na produção em grande escala de gêneros para o abastecimento do mercado europeu, sendo as atividades voltadas apenas ao abastecimento interno da colônia encaradas como mero suporte técnico à produção principal. A base da economia colonial brasileira era a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo, regra seguida tanto na agricultura quanto na mineração, e não tanto pelo sistema de extração de gêneros fornecidos espontaneamente pela natureza. Pode-se dizer que por um lado a economia colônia brasileira visava a produção de trabalho e acúmulo de riquezas, e por outro se portava como um simples fornecedor para o exterior.

## **A Política**

A colônia inglesa não era um mero apêndice da Inglaterra; ela possuía consciência de si. Por muito tempo as colônias da América inglesa foram deixadas de lado, mais uma vez, pela Inglaterra, que retomou seu interesse por elas com a restauração da monarquia, em 1660, numa volta à política colonizadora.

Até o final do século XVII, o governo de muitas colônias se assemelhava a uma teocracia. Esta, porém, começa a declinar no final do século XVII, sendo substituída por um governo de caráter semelhante a uma democracia, segundo Dumond.<sup>29</sup>

As colônias inglesas possuíam certa autonomia na criação de suas leis, mas estas passariam por uma dupla aprovação: a do governo colonial e da Coroa inglesa. Caso as leis não fossem de seu agrado, a coroa dispunha de dois meios para vetá-las, sendo elas “o veto inapelável do governador régio e a desaprovação do rei.”<sup>30</sup> O número de leis vetadas foi baixo, cerca de 2.5%, segundo Morison, e em geral estas leis vetadas estavam relacionadas a emissão de papel-moeda e medidas discriminatórias contra os nativos.

Os principais funcionários responsáveis em zelar pelo cumprimento das leis e regulamentos nas colônias eram os governadores, que eram nomeados pelo rei ou pelos proprietários de terras. Quando eram nomeados pelos proprietários de terras, era necessário que tais governadores fossem aprovados pela coroa. Muitos governadores coloniais eram americanos, mas os que possuíam maior prestígio eram os ingleses.

Uma característica interessante é que “mesmo em tempos de guerra, cada assembléia colonial tinha o privilégio de cumprir ou não as exigências do governo da metrópole,

---

<sup>29</sup> Cf. : DUMOND, 1942, pp. 36-38.

<sup>30</sup> MORISON; COMMAGER, s/d, p.93.

relativamente a homens, dinheiro, e provisões”<sup>31</sup>, o que abarcava, como indica Dumond, assuntos relacionados a criminalidade, vigilância de rotas comerciais e estradas, além de impostos.<sup>32</sup> As decisões judiciais relacionadas ao comércio, indústria e navegação estavam sob legislação parlamentar. De acordo com Morison, as câmaras baixas destas assembleias coloniais impediam na realidade que o governo inglês se beneficiasse da relativa uniformidade na administração colonial.

As muitas leis restritivas de comércio em ambas as colonizações, e outros atos das Coroas perante seus súditos do além-mar, mostram que a Coroa possuía poder nas colônias. Mas, conforme visto anteriormente, estas leis nem sempre eram totalmente cumpridas, o que mostra que o poder da metrópole chegava fraco e debilitado nas colônias, e mostra, também, que as colônias possuíam certa autonomia frente à suas respectivas Coroas, mesmo que esta não fosse encarada como oficial.

A colônia portuguesa possuía certa autonomia frente a Coroa, sobretudo no início da experiência das capitanias hereditárias, no século XVI. O capitão donatário possuía quase todos os poderes do rei em sua capitania, apesar de algumas restrições poucas que lhe eram impostas. Aqui é válido colocar que a mineração encontrava-se fora do poder do donatário estando a renda da capitania dividida de forma que o que fosse cultivado sobre a terra pertenceria ao donatário, e o que estivesse no subsolo, mata e mar, pertenceria à Coroa. O poder majestático do donatário, dura pouco, tendo seu fim ainda na segunda metade do século XVI.

Outro exemplo de administração colonial autônoma era a capitania de São Vicente (posteriormente denominada de São Paulo). A metrópole quase não se fazia presente nesta região, por esta pouco ter a oferecer aos interesses mercantis metropolitanos. Nesta área se desenvolveu uma forma de por local que, embora a forma de organização semelhante ao poder metropolitano possuía órgãos administrativos com todos os traços locais.<sup>33</sup> A falta do interesse da coroa portuguesa na região trouxe a ela uma carência por cativos africanos, o que levou a região a se associar aos indígenas.

De certa forma, no Brasil colonial e nas colônias inglesas do sul, observa-se a ocorrência de clãs patriarcais, onde os senhores de terras possuíam amplos poderes. O caso brasileiro é mais específico. Aqui o grande proprietário de terras controla, além de tudo em suas terras, a dinâmica local. A autoridade pública é fraca e distante, e seu poder chega de maneira muito fraca na maior parte do território. A autoridade da Coroa possuía dificuldades

---

<sup>31</sup> *Id, Ibidem*, p.94.

<sup>32</sup> DUMOND, 1942, p.28.

<sup>33</sup> Cf.: SODRÉ, 2002, pp. 121-124.

de se implantar na colônia, dada a distância e tamanho da colônia. Assim, a autoridade administrativa era obrigada a reconhecer o poder do grande proprietário, a quem até a Igreja e o Clero, considerados como segunda esfera administrativa colonial, dependia.<sup>34</sup>

No Brasil ainda se observa a submissão da Igreja ao Estado. Em Portugal o sistema de padroado colocava a Igreja Católica sob o poder no rei. O rei possuía também alguns direitos, como o recolhimento dos dízimos e criação de novas dioceses. Na colônia a Igreja ajudou no reconhecimento do Estado. Uma vez que esta possuía em suas mãos a educação e o “controle das almas” ela vinculava a si a idéia de obediência, e vinculava esta também ao Estado. O poder da Coroa sobre a Igreja só foi em parte limitado pela forte influência da Companhia de Jesus na metrópole até a época do Marquês de Pombal (1750-1777).

## **A Religiosidade**

De início muitos grupos religiosos se dirigiam para a América procurando a liberdade para seus cultos que lhes era vetada na Inglaterra, como os peregrinos que vieram para a América a bordo do navio *Mayflower Compact*. Os quatro principais grupos religiosos da América Inglesa, como apontado por Dumond, eram os puritanos, os anglicanos, os *quakers*, e os holandeses reformados. Outros grupos também presentes eram os presbiterianos, os católicos, os luteranos e os huguenotes.<sup>35</sup>

Algumas colônias foram criadas com o intuito de nelas se ter livre culto. A Pensilvânia foi criada pelos *quakers*, chamados assim pejorativamente, grupo religioso que se intitulava como Sociedade Religiosa entre Amigos, que divergia da igreja Anglicana e aceitava por única influência a Bíblia. Rhode Island é outro exemplo de colônia fundada por um grupo religioso (os Puritanos, que visavam uma purificação da Igreja Anglicana, fundando uma nova doutrina nas colônias). A religião oficial das colônias era o Anglicanismo, mas podemos notar a presença de batistas e presbiterianos no “Velho Oeste”, além de pastores de seitas alemães.

Os católicos (especialmente em Maryland), huguenotes, batistas, entre outros, eram perseguidos em algumas colônias pela divergência religiosa, e muitas vezes se encontravam em conflito com os anglicanos. Os grupos dissidentes da igreja inglesa estavam ganhando grande espaço em todas as colônias, especialmente entre as camadas mais baixas da sociedade, e encabeçaram o movimento de ressurgimento religioso conhecido por “Grande

---

<sup>34</sup> PRADO JÚNIOR, 1987, p.287.

<sup>35</sup> DUMOND, 1942, p.35.

Despertar” (*Great Awakening*, que aconteceu por volta de 1730-1740), que nascia do profundo “desejo de conhecer e executar a vontade de Deus.”<sup>36</sup> Segundo Morison, este movimento foi o primeiro grande movimento espontâneo do povo americano, sendo sentido em todas as colônias.

O Grande Despertar acabou por dar às colônias três novos colégios, pois os adeptos ao movimento perceberem que precisariam investir na educação e em seminários (pois antes, quem desejasse exercer função religiosa deveria se formar na metrópole) para não possuírem pastores ignorantes.

Antes mesmo do Grande Despertar pode-se observar que a religiosidade protestante das colônias impulsiona a uma preocupação com a educação. Karnal mostra que em 1647 é publicada uma lei em Massachusetts que fala da obrigação de cada povoado manter um professor. Havia uma preocupação com a alfabetização de todos, até para que estes pudessem ter contato com as Escrituras Sagradas. O caráter religioso da educação parece presente inclusive no ensino universitário.

A ligação entre religião e ensino também existiu no Brasil, onde se pode observar que durante todo o período colonial a educação esteve atrelada à Igreja e a institutos religiosos. No tocante à educação superior, é visível que, diferentemente da colônia inglesa, a colônia portuguesa não possuía universidades, sendo os seminários os primeiros institutos de ensino superior na colônia.<sup>37</sup>

Sobre a catequização dos indígenas, esta não ocorreu na colônia inglesa. Houve um projeto para tal, desenvolvido pela Companhia de Londres e ansiado pelo rei James I, que dizia: “[...] conduzirá, a seu devido tempo, aos infiéis e selvagens habitantes desta terra até a civilização humana e um governo estabelecido e tranqüilo [...]” (*apud*)<sup>38</sup>, mas este não chegou a ser posto em prática, e ao longo de toda a colonização um sentimento de repulsa ao indígena foi mantido.

Já no Brasil, a catequese indígena empreendida pelos jesuítas aparece num quadro de tentativa de recuperação da Igreja católica frente às perdas com os cismas do Oriente e do Ocidente e frente à Reforma Católica. Considerados como idólatras ou sem religião, os indígenas eram convertidos ao catolicismo (religião oficial) a fim de aumentar o rebanho da igreja e expandir a fé católica nas novas civilizações descobertas. A catequização não visava apenas a evangelização do indígena, mas também o preparo deste para conviver com o colonizador. Os indígenas trabalhavam nas reduções jesuíticas, que eram como pequenos

<sup>36</sup> MORISON; COMMAGER, s/d, p.116.

<sup>37</sup> PRADO JÚNIOR, 1987, p.280.

<sup>38</sup> KARNAL (*Et Alli*), 2008, p.43.

Estados dentro do Estado, até que estas foram destruídas pelas bandeiras. Apesar de muitas vezes ser considerada como “catequizado”, o negro africano não era alvo do trabalho missionário por não ser considerado “humano”, podendo ser utilizado livremente como mão-de-obra.<sup>39</sup>

A presença de cristãos-novos nas terras brasileiras foi notada. Em geral aqui se instalavam como artesãos, mercadores, senhores de engenho, chegando a ocupar cargos civis e eclesiásticos. Apesar de ocuparem tantos papéis na sociedade colonial, e de sua relevância social, os cristãos-novos eram vítimas de discriminação perante os cristãos-velhos.<sup>40</sup>

No Brasil a inquisição não possuiu grande manifestação. A maioria das visitas do Tribunal do Santo Ofício ocorreu quando Portugal ainda se encontrava em poder dos reis espanhóis, durante a União Ibérica. O Brasil não chegou a ter um tribunal da Inquisição, se limitando às visitas do tribunal português.

Algo semelhante a Inquisição católica ocorreu nas colônias da América do Norte quando um surto de feitiçaria abalou a cidade de Salem. Ao final desta crise, os Processos de Salem quase 200 pessoas haviam sido presas, e 14 mulheres e 6 homens haviam sido executados. A fé de muitos colonos estava abalada, e nestes surtos de Salem os pastores puritanos viram “uma maneira de recuperar o controle e o entusiasmo do grupo.”<sup>41</sup>

## **Considerações Finais**

Após estas breves considerações sobre as colonizações anglo e lusa nas Américas pode se perceber que estas, no fundo, não são tão distintas quanto se imagina. O objetivo mercantilista trouxe estas sociedades pré-capitalistas (a inglesa e a portuguesa) a este continente, em busca de novos recursos para seus recém criados Estados. Os dilemas internos, as relações com suas respectivas metrópoles, relações com outros países: todos estes fatores que contribuíram muito na formação destas colônias e na caracterização interna destas ao longo de todo o período colonial.

Comparar tais aspectos de colonizações tão singulares pode parecer, num primeiro momento, tarefa fácil. Mas tal opinião não perdura muito ao logo da pesquisa, tamanha a riqueza de tais processos apenas brevemente aqui relatados.

A Idade Moderna certamente trouxe muitas mudanças para estas sociedades outrora tão atreladas à Idade Média. Traços medievais podem ser apreendidos nas colonizações, como

<sup>39</sup> Cf.: SODRÉ, 2002, pp.125-131.

<sup>40</sup> FAUSTO, 2004, p.70.

<sup>41</sup> KARNAL (*Et Alli*), 2008, p.53.

por exemplo, nos regimes de servidão e escravidão, utilizados em ambos os movimentos colonizadores, e pela semelhança entre o senhor do engenho açucareiro brasileiro e o senhor feudal medieval.

A colonização inglesa, que durou dois séculos, caracterizada por seu aspecto mercantilista, que visava o enriquecimento da metrópole, baseado na *plantation* e na mão-de-obra escrava; a colonização portuguesa, que durou três séculos, baseada no princípio mercantilista, abastecendo a metrópole com o açúcar e com o ouro. Todas características comuns, mas pertencentes a colônias distintas.

Ao norte, *quakers*, puritanos, peregrinos; ao sul, católicos e seus jesuítas. Na colônia inglesa homens com consciência de seu poder frente a coroa e amantes da terra que se tornara seu novo lar; na colônia portuguesa homens que, apesar do controle da metrópole, encontravam espaço para sua autonomia, apesar de muitos não se afeiçoarem por estas terras tropicais.

Distinção com toques de proximidades. Assim podem ser vistas as Américas fundadas pelos ingleses e pelos portugueses, resultado de processos tão interessantes e únicos. A aproximação entre essas Américas traz a luz sobre as questões que por tantas vezes povoam o imaginário em busca de soluções.

## Referências Bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “A Economia Política dos Descobrimientos” *In*: NOVAES, Adauto. *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. “A praça do rei e a praça do marquês: espaço público, representação do poder e dinâmica social em Macapá”. *In*: VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.
- DUMOND, Dwight Lowell. *A History of the United States*. Nova York: Henry Holt and Company, 1942.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983.
- KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinicius de. *História dos Estados Unidos: Das Origens ao Século XXI*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- KLEIN, Herbert. *La Esclavitud Africana en America Latina*. Lima: IEP, 2008.
- MORISON, Samuel Eliot; COMMAGER, Henry Steele. *História dos Estados Unidos da América: Tomo I*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Graphica, 2002.
- SOUZA, Laura de Melo e. *Desclassificados do Ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Algés: Difel, 1998.